



# PROVA VERDE

## UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO CONCURSO PÚBLICO 2012 - EDITAL Nº21/2012 39 - CARGO ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO

### Instruções

1. Você recebeu do fiscal um cartão de respostas e um caderno de questões contendo 60 (sessenta) questões. Verifique se os seus dados estão corretos. Se necessário, comunique ao fiscal.
2. É responsabilidade do candidato se certificar de que o nome do cargo informado nesta capa de prova corresponde ao nome do cargo informado no seu cartão de respostas.
3. O cartão de respostas só pode ser preenchido com caneta esferográfica de tinta indelével azul ou preta (Edital 21/2012, subitem 10.9.5).
4. O cartão de respostas NÃO pode ser dobrado, amassado, rasurado, manchado ou conter qualquer registro fora dos locais destinados às respostas.
5. Preencha no cartão de respostas:
  - 5.1. A cor da prova recebida, conforme o exemplo a seguir:  
 Prova Azul     Prova Verde
  - 5.2. A alternativa correta, conforme o exemplo a seguir:  
A)     B)     C)     D)     E)
6. Você dispõe de 4 (quatro) horas para fazer a prova, incluindo o preenchimento do cartão de respostas. Respeite o espaço destinado às respostas.
7. Ao ser autorizado o início da prova, verifique, no caderno de questões, se a numeração das questões e a paginação estão corretas.
8. Após o início da prova, será efetuada a coleta da impressão digital de cada candidato (Edital 21/2012, subitem 10.9.7, alínea "a").
9. Somente após decorrida uma hora do início da prova o candidato poderá entregar o seu cartão de respostas e retirar-se da sala de prova (Edital 21/2012, subitem 10.9.7, alínea "c").
10. Após o término de sua prova, entregue obrigatoriamente o seu cartão de respostas ao fiscal.
11. Somente será permitido levar seu caderno de questões faltando uma hora para o término estabelecido para o fim da prova (Edital 21/2012, subitem 10.9.7, alínea "d").
12. É terminantemente vedado copiar respostas, em qualquer fase do concurso público (Edital 21/2012, subitem 10.9.7, alínea "e").
13. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão ser liberados juntos (Edital 21/2012, subitem 10.9.7, alínea "g").
14. Se você precisar de algum esclarecimento solicite a presença do responsável pelo local.
15. Transcreva a frase abaixo, utilizando letra cursiva, no espaço reservado no seu cartão de respostas.

*"Para melhorar a qualidade de vida, melhore a qualidade de seus pensamentos."  
Brian Tracy*

### Cronograma Previsto - Divulgação e interposição de recurso

Atividade	Data	Local
Divulgação do gabarito preliminar	24/04/12	http://concursos.pr4.ufrj.br
Interposição de recursos contra o gabarito preliminar	25 e 26/04/12	
Resultado do julgamento dos recursos	09/05/12	
Resultado preliminar da prova objetiva	09/05/12	
Pedido de vista do cartão de respostas	10 e 11/05/12	
Vista do cartão de resposta	21/05/12	
Interposição de recursos - resultado preliminar - prova objetiva	22 e 23/05/12	
Resultado final da prova objetiva	30/05/12	

## Língua Portuguesa

### TEXTO - NAUFRÁGIO IMINENTE

Luís Garcia, O Globo, 20/03/2012

É da natureza dos partidos políticos divergirem uns dos outros. O que não indica má índole ou alguma espécie de incompatibilidade congênita, simplesmente, isso acontece porque todos eles buscam o poder – e também acontece que o poder não dá para todos.

Nada é mais natural e até saudável, portanto, que cada um defenda seus interesses e suas ambições baixando o porrete, verbalmente, é claro, nas costas dos demais.

Às vezes, no entanto, eles se juntam na busca de algum objetivo comum. É o que está acontecendo agora. Todas as legendas que compõem o cenário político estão unidas na perseguição de um objetivo comum: derrubar uma decisão do Tribunal Superior Eleitoral.

O TSE decidiu, por quatro votos contra três, que, nas eleições deste ano, o registro das candidaturas dependerá da aprovação das contas da campanha de 2010. Não parece ser exigência descabida. Contas não aprovadas são prova óbvia de malandragem ou incompetência – com óbvia tendência, dirão cidadãos mais espertos ou de melhor memória, de mais casos da primeira hipótese.

É preciso registrar que a exigência de ficha limpa está limitada às eleições de dois anos atrás. Provavelmente, os ministros, por bondade de seus corações ou simplesmente por bom-senso, consideraram que poucas legendas – ou, quem sabe, nenhuma delas – sobreviveria a uma inquirição mais ampla.

Note-se, com alguma tristeza – mas talvez sem surpresa -, que estamos diante de uma atitude rara, se não for absolutamente inédita: qual foi mesmo a última vez que todos os partidos políticos brasileiros uniram-se na defesa de uma causa?

É também curioso e lamentável que a iniciativa dos partidos entre em choque com uma exigência que nasceu de um raríssimo – se não tiver sido inédito – movimento de origem popular (ou seja, sem qualquer ligação com políticos e seus partidos), a campanha da Ficha Limpa. E também não há demérito para o TSE numa associação de sua exigência de contas limpas com aquela recente, mas já histórica, campanha popular.

No fim das contas, os partidos, unidos como talvez jamais tenha acontecido antes – pelo menos na discussão de questão intrinsecamente política -, estão remando contra a correnteza duplamente: enfrentam tanto a vontade expressa da opinião pública como uma decisão explícita da Justiça Eleitoral. Um naufrágio parece tão iminente quanto indispensável.

1. O título dado ao texto é o de naufrágio iminente; com ele o jornalista se refere ao:

- A) movimento de união entre os políticos corruptos;
- B) desespero dos políticos diante de uma justa decisão do TSE;
- C) fato de algumas iniciativas do TSE parecerem descabidas;
- D) fracasso do movimento dos políticos contra a decisão do TSE;
- E) enfrentamento dos políticos em relação a opinião pública.

2. Uma “incompatibilidade congênita” é a que:

- A) atende a interesses escusos;
- B) dura muito tempo;
- C) carece de razões lógicas;
- D) justifica-se historicamente;
- E) nasce com o indivíduo.

3. No primeiro parágrafo do texto, o pronome demonstrativo isso se refere a:

- A) presença de má índole;
- B) natureza dos partidos políticos;
- C) divergência entre os partidos;
- D) apresentação de incompatibilidade congênita;
- E) busca pelo poder.

4. “...e também acontece que o poder não dá para todos”; com essa frase o autor do texto nos afirma que:

- A) os cargos disponíveis no Congresso são de número limitado;
- B) os postos de mando são ocupados por poucos privilegiados;
- C) os candidatos políticos nem sempre são eleitos;
- D) o poder é concedido somente a altos postos de comando;
- E) a única fonte de poder é o governo eleito.

5. O texto do artigo emprega, algumas vezes, uma variante coloquial de linguagem; os segmentos abaixo que apresentam uma variedade coloquial são:

- A) “...cada um defenda seus interesses e suas ambições baixando o porrete, verbalmente, é claro, nas costas dos demais”. / “...e também acontece que o poder não dá para todos”;
- B) “...e também acontece que o poder não dá para todos” / “Não parece ser exigência descabida”;
- C) “Não parece ser exigência descabida” / “No fim das contas, os partidos, unidos como talvez jamais tenha acontecido antes”;
- D) “No fim das contas, os partidos, unidos como talvez jamais tenha acontecido antes” / “O TSE decidiu, por quatro votos contra três...”;
- E) “O TSE decidiu, por quatro votos contra três...” / “... cada um defenda seus interesses e suas ambições baixando o porrete, verbalmente, é claro, nas costas dos demais”.

6. Muitos adjetivos de língua portuguesa não podem ser empregados no grau comparativo ou superlativo, como é o caso do seguinte adjetivo sublinhado:

- A) partidos políticos;
- B) má índole;
- C) nada é mais natural;
- D) exigência descabida;
- E) raríssimo movimento.

7. Nos segmentos abaixo, os conectivos sublinhados têm seus valores semânticos indicados à frente; a alternativa em que esse significado está corretamente indicado é:

- A) "...os ministros, por bondade de seus corações ou simplesmente por bom-senso" / adição.
- B) "Simplesmente, isso acontece porque todos eles buscam o poder" / modo;
- C) "Nada é mais natural e até saudável, portanto, que cada um defenda seus interesses e suas ambições" / explicação;
- D) "Às vezes, no entanto, eles se juntam" / concessão;
- E) "No fim das contas, os partidos, unidos como talvez jamais tenha acontecido antes..." / comparação.

8. A frase "eles se juntam na busca de um objetivo comum" se opõe semanticamente no texto ao seguinte elemento anteriormente expresso:

- A) "todos eles buscam o poder";
- B) "alguma espécie de incompatibilidade congênita";
- C) "divergirem uns dos outros";
- D) "baixando o porrete";
- E) "o poder não dá para todos".

9. O segmento do texto que NÃO expressa uma opinião do autor é:

- A) "Nada é mais natural e até saudável,...";
- B) "Não parece ser exigência descabida";
- C) "Contas não aprovadas são prova óbvia de malandragem ou incompetência";
- D) "...dirão cidadãos mais espertos ou de melhor memória, de mais casos da primeira hipótese";
- E) "É também curioso e lamentável que a iniciativa dos partidos entre em choque com uma exigência..."

10. "Contas não aprovadas são prova óbvia de malandragem ou incompetência – com óbvia tendência, dirão cidadãos mais espertos ou de melhor memória, de mais casos da primeira hipótese". Se fosse empregado um pronome demonstrativo em lugar do termo sublinhado, sua forma adequada seria:

- A) aqueles;
- B) aquela;
- C) estes;
- D) esta;
- E) essa.

11. O segmento do texto abaixo indicado que, ao contrário dos demais, apresenta a presença de uma ironia é:

- A) "Nada é mais natural e até saudável, portanto, que cada um defenda seus interesses e suas ambições baixando o porrete, verbalmente, é claro, nas costas dos demais";
- B) "Contas não aprovadas são prova óbvia de malandragem ou incompetência – com óbvia tendência, dirão cidadãos mais espertos ou de melhor memória, de mais casos da primeira hipótese";
- C) "É preciso registrar que a exigência de ficha limpa está limitada às eleições de dois anos atrás";
- D) "Provavelmente, os ministros, por bondade de seus corações ou simplesmente por bom-senso, consideraram que poucas legendas – ou, quem sabe, nenhuma delas – sobreviveria a uma inquirição mais ampla";
- E) "Às vezes, no entanto, eles se juntam na busca de algum objetivo comum".

12. Observem os segmentos do texto abaixo destacados, que contêm uma oração reduzida de infinitivo; forma(s) adequada(s) de modificarmos essas orações para a forma nominal é/são:

I – "É da natureza dos partidos políticos divergirem uns dos outros" / é da natureza dos partidos políticos a diversão de uns dos outros.

II – "...um objetivo comum: derrubar uma decisão do Tribunal Superior Eleitoral" / um objetivo comum: a derrubada de uma decisão do Supremo Tribunal Federal.

III – "É preciso registrar que a exigência de ficha limpa..." / é preciso o registro de que a exigência de ficha limpa...

- A) apenas II e III
- B) apenas I e II
- C) apenas I e III
- D) I, II e III
- E) apenas II

13. "Um naufrágio parece tão iminente quanto indispensável". Essa frase do texto tem seu sentido original mantido na seguinte forma de sua reescritura:

- A) Um naufrágio que, de tão iminente, tornou-se indispensável.
- B) Um naufrágio que parece ser tão indispensável quanto iminente.
- C) Um naufrágio que parece iminente ou indispensável.
- D) Um naufrágio que parece iminente, mas indispensável.
- E) Um naufrágio que parece iminente, mas não indispensável.

14. "É também curioso e lamentável que a iniciativa dos partidos entre em choque com uma exigência"; a alternativa abaixo em que a correspondência entre os tempos verbais sublinhados está inadequada é:

- A) Será também curioso e lamentável que a iniciativa dos partidos entre em choque com uma exigência.
- B) Foi também curioso e lamentável que a iniciativa dos partidos entrasse em choque com uma exigência.
- C) Era também curioso e lamentável que a iniciativa dos partidos entrou em choque com uma exigência.
- D) Foi também curioso e lamentável que a iniciativa dos partidos tivesse entrado em choque com uma exigência.
- E) É também curioso e lamentável que a iniciativa dos partidos tenha entrado em choque com uma exigência.

15. O objetivo maior do texto é:

- A) alertar para os perigos de uma atitude que contrarie a lei;
- B) indicar um caminho de modificar-se a lei para agradar os partidos;
- C) elogiar a atitude do TSE em prol da moralização da política;
- D) apoiar os movimentos populares que visem a transparência na vida pública;
- E) criticar a posição dos partidos políticos diante da lei e da opinião pública.

16. Segundo o que está dito no quinto parágrafo do texto, o fato de a lei citada só ter validade nas eleições de dois anos atrás:

- A) representa uma medida possível;
- B) mostra a hipocrisia do TSE;
- C) indica premência de tempo;
- D) significa a busca de honestidade pelo Congresso;
- E) destaca a preocupação com os políticos que agora estão no Congresso.

17. O título do texto mostra o adjetivo iminente, que não deve ser confundido com seu parônimo eminente; a alternativa em que a frase dada trocou a forma de um vocábulo adequado por seu parônimo é:

- A) Esses fatos passaram despercebidos a quase todos os cidadãos;
- B) Nunca se pensou caçar o mandato de um deputado importante;
- C) Ao invés de descansar, trabalhou o dia inteiro;
- D) A seção de cosméticos estava sendo reformada;
- E) O empregado pretendia alisar a porta antes de pintá-la.

18. “E também não há demérito para o TSE numa associação de sua exigência de contas limpas com aquela recente, mas já histórica, campanha popular”; ao dizer que a campanha popular citada já é “histórica”, o autor do texto quer dizer que tal campanha é de:

- A) interesse político;
- B) importância atual;
- C) valor reconhecido;
- D) objetivos sociais;
- E) motivação ideológica.

19. “Provavelmente, os ministros, por bondade de seus corações ou simplesmente por bom-senso, consideraram que poucas legendas – ou, quem sabe, nenhuma delas – sobreviveria a uma inquirição mais ampla”; as legendas não sobreviveriam a uma inquirição mais ampla porque:

- A) muitos partidos têm hoje menor número de representantes;
- B) não haveria tempo de julgamento antes das próximas eleições;
- C) as prestações de contas são de análise demorada;
- D) todas apresentam numerosos casos de irregularidades;
- E) algumas das legendas desapareceram do cenário político.

20. O tom do autor do texto é o de um:

- A) perito em finanças;
- B) especialista em administração pública;
- C) professor de História do Brasil;
- D) leigo de temas político-administrativos;
- E) crítico observador do espaço político.

## Administração Pública

21. O texto adiante é um fragmento do discurso do ex-Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, proferido na solenidade de abertura do Ano Judiciário de 2010:

“Ao longo dos últimos anos, pudemos contribuir – e estamos contribuindo – para o aprofundamento da democracia em nosso país. Acredito, aliás, que uma das mais nobres missões que couberam à nossa geração de governantes e de magistrados é justamente essa: deixar, para os que estão por vir, um ambiente democrático ainda mais sólido do que aquele que encontramos quando ingressamos no governo ou na magistratura. Não podemos nos esquecer, afinal, de

que a redemocratização do País ocorreu há apenas 25 anos, e que a Carta Magna irá completar, em 2010, seus 22 anos de existência.”.

O Concurso Público é um dos principais instrumentos para a democratização das relações entre Estado e Sociedade, em geral, e da Administração Pública, em especial. Esse instrumento está consignado tanto na Constituição Federal quanto na Lei nº 8.112/1990, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias, inclusive as em regime especial, e das fundações públicas federais (RJU).

Dentre as alternativas abaixo, assinale aquela que relaciona corretamente os requisitos exigidos pelo RJU para investidura em cargo público:

- A) a nacionalidade brasileira; o gozo dos direitos políticos e declaração de filiação partidária; a quitação com as obrigações militares, eleitorais e com a Receita Federal; o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo; a idade mínima de dezoito anos; aptidão física e mental;
- B) a nacionalidade brasileira; o gozo dos direitos políticos; a quitação com as obrigações militares, eleitorais e com a Receita Federal; o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo; a idade mínima de vinte e um anos; aptidão física e mental;
- C) a nacionalidade brasileira; o gozo dos direitos políticos; a quitação com as obrigações militares e eleitorais; o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo; a idade mínima de dezoito anos; aptidão física e mental;
- D) a nacionalidade brasileira; o gozo dos direitos políticos; a quitação com as obrigações militares, eleitorais e com a Receita Federal; o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo; a idade mínima de vinte e um anos; certificado de sanidade mental;
- E) a nacionalidade brasileira ou estrangeira, desde que referente a países integrantes do MERCOSUL; o gozo dos direitos políticos; a quitação com as obrigações militares e eleitorais; o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo; a idade mínima de dezoito anos; aptidão física e mental.

22. A Seção IV do Capítulo I (do Provimento) do RJU trata da Posse e do Exercício do cargo público. Essas normas estão estabelecidas ainda em Pareceres, Súmulas, Notas Consultivas, Acórdãos, Orientações Normativas, Notas Técnicas e Decretos. Atravessada, também, pelos conceitos e propósitos de democratização do Estado e de controle social da Administração Pública, essa Seção do RJU, relaciona “as atribuições, os deveres, as responsabilidades e os direitos inerentes ao cargo ocupado, que não poderão ser alterados unilateralmente, por qualquer das partes, ressalvados os atos de ofício previstos em lei.”.

Dentre as alternativas abaixo, assinale aquela que apresenta INCORRETAMENTE uma dessas normas de Posse e do Exercício do cargo público:

- A) os servidores cumprirão jornada de trabalho fixada em razão das atribuições pertinentes aos respec-

tivos cargos, respeitada a duração máxima do trabalho semanal de quarenta horas e observados os limites mínimo e máximo de seis horas e oito horas diárias, respectivamente;

- B) no ato da posse, o servidor apresentará declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio e declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública;
- C) só poderá ser empossado aquele que for julgado apto física e mentalmente para o exercício do cargo;
- D) a posse não poderá se dar mediante procuração específica;
- E) à autoridade competente do órgão ou entidade para onde for nomeado ou designado o servidor compete dar-lhe exercício.

23. Em raríssima aparição, a figura do servidor público é mencionada em obra poética de autor importante da literatura brasileira. No poema NÃO HÁ VAGAS, publicado em sua Antologia Poética (1977), Ferreira Gullar faz a crítica da aridez de uma Administração Pública arcaica, burocratizada, voltada para si mesma, desvalorizada:

(...)

O funcionário público / não cabe no poema / com seu salário de fome / sua vida fechada / em arquivos. / Como não cabem no poema / o operário / que esmerila seu dia de aço / e carvão / nas oficinas escuras- porque o poema, senhores / está fechado: / “não há vagas”.

Só cabem no poema / o homem sem estômago / a mulher de nuvens a fruta sem preço. / O poema, senhores, / não fede / nem cheira.

Dentre as alternativas abaixo, assinale aquela que NÃO apresenta dispositivo do RJU que expressa a modernização da função pública, a ruptura com a cultura e o modelo anacrônicos de gestão apontados por Ferreira Gullar:

- A) conceder-se-á ao servidor licença para capacitação;
- B) a aposentadoria voluntária ou por invalidez vigorará a partir da data da publicação do respectivo ato;
- C) após cada quinquênio de efetivo exercício, o servidor poderá, no interesse da Administração, afastar-se do exercício do cargo efetivo, com a respectiva remuneração, por até três meses, para participar de curso de capacitação profissional;
- D) ao servidor público civil é assegurado, nos termos da Constituição Federal, o direito à livre associação sindical e os seguintes direitos, entre outros, dela decorrentes: a) de ser representado pelo sindicato, inclusive como substituto processual; b) de inamovibilidade do dirigente sindical, até um ano após o final do mandato, exceto se a pedido; c) de descontar em folha, sem ônus para a entidade sindical a que for filiado, o valor das mensalidades e contribuições definidas em assembleia geral da categoria;
- E) é dever do servidor público tratar com urbanidade as pessoas; representar contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder; atender com presteza: a) ao público em geral, prestando as informações requeridas, ressalvadas as protegidas por sigilo.

24. Art. 239 da Lei nº 8112/1990 estabelece que “Por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, o servidor não poderá ser privado de quaisquer dos seus direitos, sofrer discriminação em sua vida funcional, nem eximir-se do cumprimento de seus deveres.”. O dispositivo, evidentemente, é a expressão, no RJU, do que está estabelecido no Art. 1º da Constituição Federal: que nosso país constitui-se em um ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO, fundado na soberania, na cidadania, na dignidade da pessoa humana; nos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e no pluralismo político.

Dentre as alternativas abaixo, assinale aquela que cita outros dispositivos do RJU que estabelecem relação direta com o preceito constitucional mencionado no enunciado:

- A) a critério da Administração, poderão ser concedidas ao servidor ocupante de cargo efetivo, desde que não esteja em estágio probatório, licenças para o trato de assuntos particulares pelo prazo de até três anos consecutivos, sem remuneração; a apuração do tempo de serviço será feita em dias, que serão convertidos em anos, considerado o ano como de trezentos e sessenta e cinco dias;
- B) consideram-se da família do servidor, além do cônjuge e filhos, quaisquer pessoas que vivam às suas expensas e constem do seu assentamento individual; o servidor acidentado em serviço que necessite de tratamento especializado poderá ser tratado em instituição privada, à conta de recursos públicos;
- C) para os fins desta Lei (8.112/1990), considera-se sede o município onde a repartição estiver instalada e onde o servidor tiver exercício, em caráter permanente; configura acidente em serviço o dano físico ou mental sofrido pelo servidor, que se relacione, mediata ou imediatamente, com as atribuições do cargo exercido;
- D) a critério da Administração, poderão ser concedidas ao servidor ocupante de cargo efetivo, desde que não esteja em estágio probatório, licenças para o trato de assuntos particulares pelo prazo de até três anos consecutivos, sem remuneração; a nomeação far-se-á em caráter efetivo, quando se tratar de cargo isolado de provimento efetivo ou de carreira, e em comissão, inclusive na condição de interino, para cargos de confiança vagos;
- E) o servidor terá direito a licença, sem remuneração, durante o período que mediar entre a sua escolha em convenção partidária, como candidato a cargo eletivo, e a véspera do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral; é assegurado ao servidor o direito à licença sem remuneração para o desempenho de mandato em confederação, federação, associação de classe de âmbito nacional, sindicato representativo da categoria ou entidade fiscalizadora da profissão ou, ainda, para participar de gerência ou administração em sociedade cooperativa constituída por servidores públicos para prestar serviços a seus membros (...).

25. O Regime Disciplinar dos servidores deve ser entendido, também, como um instrumento democrático de controle social sobre a administração pública. Ao mesmo tempo em que fornece os meios para o acompanhamento social das ações dos gestores públicos, por intermédio dos chama-dos órgãos do controle externo (Tribunal de Contas da União – TCU; Controladoria Geral da União – CGU; Advocacia Geral da União – AGU; Ministério Público Federal – MPF; Polícia Federal – PF), o RJU estabelece também os direitos próprios do Estado Democrático de direito.

Assinale dentre as alternativas adiante aquela que apresenta INCORRETAMENTE dispositivo do RJU referente às proibições a que estão submetidos os servidores públicos:

- A) retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição, exceto se for para comunicar denúncia de irregularidade à imprensa;
- B) cometer a pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade ou de seu subordinado;
- C) recusar fé a documentos públicos;
- D) atuar, como procurador ou intermediário, junto a repartições públicas, salvo quando se tratar de benefícios previdenciários ou assistenciais de parentes até o segundo grau, e de cônjuge ou companheiro;
- E) participar de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada, exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário.

26. A Comissão de Ética Pública da Presidência da República aprovou, em 25/09/03, a Resolução Interpretativa CEP nº 8, a respeito do conflito de interesses no exercício da função pública. Conforme seus termos, “suscita conflito de interesses o exercício de atividade que: a) em razão da sua natureza, seja incompatível com as atribuições do cargo ou função pública da autoridade, como tal considerada, inclusive, a atividade desenvolvida em áreas ou matérias afins à competência funcional; b) viole o princípio da integral dedicação pelo ocupante de cargo em comissão ou função de confiança, que exige a precedência das atribuições do cargo ou função pública sobre quaisquer outras atividades; c) implique a prestação de serviços a pessoa física ou jurídica ou a manutenção de vínculo de negócio com pessoa física ou jurídica que tenha interesse em decisão individual ou coletiva da autoridade; d) possa, pela sua natureza, implicar o uso de informação à qual a autoridade tenha acesso em razão do cargo e não seja de conhecimento público; e) possa transmitir à opinião pública dúvida a respeito da integridade, moralidade, clareza de posições e decoro da autoridade.”.

Assinale dentre as alternativas adiante aquela que

apresenta o item proibido ao servidor pelo RJU ao qual se refere a Resolução Interpretativa mencionada no enunciado:

- A) cometer a outro servidor atribuições estranhas ao cargo que ocupa, exceto em situações de emergência e transitórias;
- B) exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício do cargo ou função e com o horário de trabalho;
- C) recusar-se a atualizar seus dados cadastrais quando solicitado;
- D) promover manifestação de apreço ou desapeço no recinto da repartição;
- E) opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço.

27. Consideradas as dimensões continentais do território brasileiro, a importância da atuação do Estado para o conjunto da sociedade, especialmente para a maioria da população, que dele depende; o recurso da Redistribuição constitui-se em instrumento relevante para o aperfeiçoamento da gestão pública. Conforme definido no artigo 37 da Lei nº 8.112/1990, Redistribuição é o deslocamento de cargo de provimento efetivo, ocupado ou vago no âmbito do quadro geral de pessoal, para outro órgão ou entidade do mesmo Poder, com prévia apreciação do órgão central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (SIPEC) e com a observância de determinados preceitos.

Assinale, adiante, a alternativa que apresenta corretamente a relação de preceitos exigidos para a Redistribuição:

- A) interesse do servidor; equivalência de vencimentos; manutenção da essência das atribuições do cargo; desvinculação entre os graus de responsabilidade e complexidade das atividades;
- B) assiduidade, disciplina, capacidade de iniciativa, produtividade, responsabilidade;
- C) interesse da administração; equivalência de vencimentos; manutenção da essência das atribuições do cargo; vinculação entre os graus de responsabilidade e complexidade das atividades; mesmo nível de escolaridade, especialidade ou habilitação profissional; compatibilidade entre as atribuições do cargo e as finalidades institucionais do órgão ou entidade;
- D) interesse da administração; vencimentos mais elevados; manutenção da essência das atribuições do cargo; desvinculação entre os graus de responsabilidade e complexidade das atividades; nível de escolaridade superior; compatibilidade entre as atribuições do cargo e as finalidades institucionais do órgão ou entidade;
- E) interesse do servidor e da administração; heteronomia de vencimentos; alteração da essência das atribuições do cargo; desvinculação entre os graus de responsabilidade e complexidade das atividades; mesmo nível de escolaridade, especialidade ou habilitação profissional, exceto para os cargos de nível superior; compatibilidade entre as atribuições do cargo e as finalidades institucionais do órgão ou entidade.

28. No artigo 240 da Lei nº 8.112/1990, está consagrado um dos avanços conquistados no processo de restabelecimento do regime democrático no país resultante do anseio e das lutas sociais pela democratização do Estado, da Sociedade e das relações entre essas esferas públicas, após mais de 20 anos de ditadura militar. Trata-se do direito à sindicalização, que fica assegurado nestes termos: “ao servidor público civil é assegurado, nos termos da Constituição Federal, o direito à livre associação sindical e os seguintes direitos, entre outros, dela decorrentes.”.

Nesse contexto, é direito do servidor público:

- A) ser representado pelo sindicato nas reuniões de trabalho, inclusive fora da sede do órgão a que pertence; inamovibilidade do dirigente sindical, até um ano após o final do mandato, exceto se houver movimento grevista; desconto em folha, sem ônus para a entidade sindical a que for filiado, o valor das mensalidades e contribuições definidas em assembléia geral da categoria;
- B) ser representado pelo sindicato, inclusive como substituto processual; inamovibilidade do dirigente sindical, até um ano após o final do mandato, exceto se a pedido; desconto em folha, sem ônus para a entidade sindical a que for filiado, o valor das mensalidades e contribuições definidas em assembléia geral da categoria;
- C) ser representado pelo sindicato nos compromissos profissionais fora da sede; movimentação do dirigente sindical durante campanhas reivindicatórias; desconto em folha, sem ônus para a entidade sindical a que for filiado, o valor das mensalidades e contribuições definidas em assembléia geral da categoria;
- D) ser representado pelo sindicato, inclusive como substituto processual; inamovibilidade do dirigente sindical, até um ano após o final do mandato, exceto se a pedido; desconto em folha, sem ônus para a entidade sindical a que for filiado, o valor das mensalidades e contribuições definidas em assembléia geral da categoria;
- E) ser representado pelo sindicato quando estiver fora do órgão em que exerce suas funções; movimentação imediata do dirigente sindical, em caso de deflagração de greve da categoria; desconto em folha, sem ônus para a entidade sindical a que for filiado, o valor das mensalidades e contribuições definidas em assembléia geral da categoria;

Os trechos a seguir são fragmentos do discurso do deputado Ulysses Guimarães, Presidente da Assembleia Nacional Constituinte, pronunciado em 05 de outubro de 1988, por ocasião da promulgação da Constituição Federal. Com base neles, responda as questões de número 29 a 33 :

“A persistência da Constituição é a sobrevivência da democracia. Quando, após tantos anos de lutas e sacrifícios, promulgamos o estatuto do homem, da

liberdade e da democracia, bradamos por imposição de sua honra: temos ódio à ditadura. Ódio e nojo. Amaldiçoamos a tirania onde quer que ela desgrace homens e nações, principalmente na América Latina.”

“A Constituição é caracteristicamente o estatuto do homem. É sua marca de fábrica. O inimigo mortal do homem é a miséria. O estado de direito, consectário da igualdade, não pode conviver com estado de miséria. Mais miserável do que os miseráveis é a sociedade que não acaba com a miséria.”

“Democracia é a vontade da lei, que é plural e igual para todos, e não a do príncipe, que é unipessoal e desigual para os favorecimentos e os privilégios.”

“Num país de 30.401.000 analfabetos, afrontosos 25% da população, cabe advertir: a cidadania começa com o alfabeto.”

29. Num mundo cada vez mais globalizado, o caráter democrático das relações entre os países assume um papel central nas ações do Estado. Por isso, a Constituição Federal estabelece logo em seu Título I (Dos Princípios Fundamentais) os princípios pelos quais deve reger-se a República Brasileira no que se refere às relações internacionais que estabelece e desenvolve.

Marque a alternativa que menciona INCORRETAMENTE princípios consignados na Constituição a respeito desse tema:

- A) igualdade entre os Estados do Continente; concessão de asilo político prioritariamente para exilados latino-americanos;
- B) repúdio ao terrorismo e ao racismo; cooperação entre os povos para o progresso da humanidade; concessão de asilo político;
- C) independência nacional; prevalência dos direitos humanos; autodeterminação dos povos;
- D) a República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações;
- E) não-intervenção; igualdade entre os Estados; defesa da paz.

30. Em seu discurso de 05 de outubro de 1988, o deputado Ulysses Guimarães destaca a intensa valorização do homem consignada no texto constitucional. Para tanto, cita o artigo 5º da Carta Magna com seus 77 incisos e 104 dispositivos. O mencionado artigo expressa uma profunda ruptura jurídico-legal com a ordem autoritária imposta pelo regime militar por mais de 20 anos e afirma pressupostos fundamentais do Estado de Direito Democrático em que passa a constituir-se a República Federativa do Brasil.

Assinale a alternativa que menciona INCORRETAMENTE termos em que são asseguradas as garantias

democráticas previstas no artigo 5º da Constituição Federal:

- A) o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor;
- B) todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado;
- C) são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder e o de obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal;
- D) a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada;
- E) a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas dependem de autorização, sendo garantida a interferência estatal em seu funcionamento.

31. O Título III da Constituição Federal trata Da Organização do Estado brasileiro. Na Seção II (Dos Servidores Públicos) do Capítulo IV (Da Administração Pública) desse Título, figuram obrigações da União, dos Estados e dos Municípios quanto à instituição de regimes jurídicos únicos e de planos de carreira. Os três requisitos que deverão ser observados para a fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório dos servidores públicos são:

- A) I - a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira; II - os requisitos para a investidura; III - as peculiaridades dos cargos de nível superior;
- B) I - a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira; II - a disponibilidade de caixa do governo; III - a capacidade de pressão sindical;
- C) I - a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira; II - os requisitos para a investidura; III - a disponibilidade de caixa do governo;
- D) I - a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira; II - os requisitos para a investidura; III - as peculiaridades dos cargos.
- E) I - a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos de nível superior componentes de cada carreira; II - os requisitos para a investidura; III - as peculiaridades dos cargos.

32. Em consonância com a essência cidadã e democrática do processo que depôs a ditadura militar e restabeleceu o Estado de Direito no Brasil, a Constituição Federal veda a segregação, especialmente no mundo do trabalho.

Assinale a alternativa que contém dispositivos constitucionais que expressam diretamente essa posição.

- A) Piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho; irreduzibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo; garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável;

- B) Proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil; proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência; proibição de distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos;
- C) Jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva; remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal;
- D) Redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança; adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei; assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas;
- E) Aposentadoria; relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos; ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho.

33. O artigo 37 das Disposições Gerais do Capítulo VII (Da Administração Pública) da Constituição Federal estabelece que a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Além disso, deverá observar outros requisitos.

Assinale a alternativa em que há referência INCORRETA a esses requisitos.

- A) As funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.
- B) Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei.
- C) O prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período. Durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado depois dos novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira.
- D) A lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.
- E) Os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.

34. A Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. O inciso XXI mencionado estabelece que “ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.”.

A alternativa INCORRETA em relação aos princípios e condutas que devem ser observados pelos agentes públicos nos processos de compras e contratos é:

- A) a licitação não será sigilosa, sendo públicos e acessíveis ao público os atos de seu procedimento, salvo quanto ao conteúdo das propostas, até a respectiva abertura;
- B) é vedado aos agentes públicos admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato;
- C) em igualdade de condições, como critério de desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por empresas brasileiras de capital nacional; produzidos no País; produzidos ou prestados por empresas brasileiras; produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- D) qualquer cidadão pode acompanhar o desenvolvimento de uma licitação, sendo-lhe assegurado o direito de impedir a realização dos trabalhos;
- E) o procedimento licitatório previsto nesta lei caracteriza ato administrativo formal, seja ele praticado em qualquer esfera da Administração Pública.

35. Conforme definição constante do artigo 6º da Lei nº 8.666/1993, Projeto Básico é o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou serviço, ou complexo de obras ou serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegurem a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução. Para tanto, deve ser constituído por diversos elementos, EXCETO:

- A) subsídios para montagem do plano de licitação e gestão da obra, compreendendo a sua programação, a estratégia de suprimentos, as normas de fiscalização e outros dados necessários em cada caso;
- B) desenvolvimento da solução escolhida de forma a fornecer visão global da obra e identificar todos os seus elementos constitutivos com clareza;
- C) informações que possibilitem o estudo e a dedução de métodos construtivos, instalações provisórias e condições organizacionais para a obra, sem frustrar o caráter competitivo para a sua execução;
- D) soluções técnicas globais e localizadas, suficientemente detalhadas, de forma a minimizar a necessidade de reformulação ou de variantes durante as fases de elaboração do projeto executivo e de realização das obras e montagem;
- E) orçamento global do custo parcial da obra, fundamentado em quantitativos de serviços e fornecimentos avaliados dentro das possibilidades.

36. A Lei nº 8.666/1993 estabelece, ainda, no parágrafo 2º de seu artigo 7º, exigências que devem ser atendidas para que se possam realizar licitações de obras e serviços. São elas: “I - houver projeto básico aprovado pela autoridade competente e disponível para exame dos interessados em participar do processo licitatório; II - existir orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários; III - houver previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executadas no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma; IV - o produto dela esperado estiver contemplado nas metas estabelecidas no Plano Plurianual de que trata o artigo 165 da Constituição, quando for o caso.”.

A alternativa INCORRETA a respeito do processo licitatório para contratação de obras e serviços nos termos da Lei nº 8.666/1993 é:

- A) as obras e serviços destinados aos mesmos fins terão projetos padronizados por tipos, categorias ou classes, exceto quando o projeto-padrão não atender às condições peculiares do local, às exigências específicas do empreendimento, à opinião da autoridade responsável pelo órgão contratante;
- B) a execução das obras e dos serviços deve programar-se, sempre, em sua totalidade, previstos seus custos atual e final e considerados os prazos de sua execução;
- C) é proibido o retardamento imotivado da execução de obra ou serviço, ou de suas parcelas, se existente previsão orçamentária para sua execução total, salvo insuficiência financeira ou comprovado motivo de ordem técnica, justificados em despacho circunstanciado da autoridade;
- D) não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens a eles necessários: I - o autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou

jurídica; II - empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado; III - servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação;

- E) nos projetos básicos e projetos executivos de obras e serviços serão considerados principalmente os seguintes requisitos: I - segurança; II - funcionalidade e adequação ao interesse público; III - economia na execução, conservação e operação; IV - possibilidade de emprego de mão-de-obra, materiais, tecnologia e matérias-primas existentes no local para execução, conservação e operação; V - facilidade na execução, conservação e operação, sem prejuízo da durabilidade da obra ou do serviço; VI - adoção das normas técnicas, de saúde e de segurança do trabalho adequadas; VII - impacto ambiental.

37. A Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal. Conforme destacado em suas Disposições Gerais, a Lei estabelece normas básicas sobre o processo administrativo visando, em especial, à proteção dos direitos dos administrados e ao melhor cumprimento dos fins da Administração. Preliminarmente, a Lei conceitua órgão, entidade e autoridade.

Assinale a alternativa que apresenta corretamente essa definição:

- A) I - órgão – conjunto de setores vinculados a unidade de atuação integrante da estrutura de Autarquias ou Fundações de direito privado; II - entidade - a unidade de atuação dotada de personalidade jurídica ou física; III - autoridade - o servidor ou agente policial dotado de poder de decisão.
- B) I - órgão – conjunto de setores vinculados a unidade de atuação integrante da estrutura de Autarquias ou Fundações de direito privado; II - entidade - a unidade de atuação dotada de personalidade jurídica; III - autoridade - o servidor ou agente público dotado de poder de decisão.
- C) I - órgão - a unidade de atuação integrante da estrutura da Administração direta e da estrutura da Administração indireta; II - entidade - a unidade de atuação dotada de personalidade jurídica; III - autoridade - o servidor ou agente público dotado de poder de decisão.
- D) I - a unidade de atuação integrante da estrutura da Administração direta e da estrutura da Administração indireta; II - entidade - a unidade de atuação dotada de personalidade jurídica; III - autoridade - o servidor ou agente público de primeiro escalão de governo.
- E) I - a unidade de atuação integrante da estrutura da Administração direta e da estrutura da Administração indireta; II - entidade - a unidade de atuação dotada

de pessoa jurídica e pessoa física; III - autoridade - o servidor ou agente público dos quadros da Controladoria Geral da União (CGU) ou do Tribunal de Contas da União (TCU).

38. O Processo Administrativo não é apenas instrumento de apuração e responsabilização de servidores por irregularidades eventualmente cometidas. É, também, mecanismo de controle social sobre a Administração Pública; esta submetida aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência. A conduta criteriosa é, assim, essencial ao Processo Administrativo para assegurar que a apuração e o esclarecimento de eventuais irregularidades ocorram de forma justa e eficaz. Por essa razão, a Lei nº 9.784/1999 prevê os casos de impedimentos, que limitam a participação de servidores nos Processos Administrativos.

Assinale a alternativa que apresenta corretamente os casos que impedem a atuação de servidor ou autoridade em processos administrativos. É impedido de atuar em processo administrativo o servidor ou autoridade que:

- A) I - tenha interesse indireto na matéria; II - venha a participar como perito, testemunha ou representante, quando tais situações ocorrem quanto ao cônjuge, companheiro ou parente e afins até o quinto grau; III - esteja litigando judicial ou administrativamente com o interessado ou respectivo cônjuge ou companheiro;
- B) I - tenha interesse direto ou indireto na matéria; II - tenha participado de mais de 10 processos administrativos ou esteja a dois anos ou menos da idade de aposentadoria; III - esteja litigando judicial ou administrativamente com o interessado ou respectivo cônjuge ou companheiro;
- C) I - tenha interesse restrito; II - tenha participado de mais de 10 processos administrativos ou esteja a dois anos ou menos da idade de aposentadoria; III - esteja litigando judicial ou administrativamente com o interessado ou respectivo cônjuge ou companheiro;
- D) I - tenha interesse irrestrito ou direto na matéria; II - tenha participado como perito ou testemunha em mais de 10 processos administrativos ou esteja a dois anos ou menos da idade de aposentadoria; III - esteja litigando judicial ou administrativamente com o interessado ou respectivo cônjuge ou companheiro;
- E) I - tenha interesse direto ou indireto na matéria; II - tenha participado ou venha a participar como perito, testemunha ou representante, ou se tais situações ocorrem quanto ao cônjuge, companheiro ou parente e afins até o terceiro grau; III - esteja litigando judicial ou administrativamente com o interessado ou respectivo cônjuge ou companheiro.

39. O Processo Administrativo e as decisões dele decorrentes admitem revisão, mediante recurso em face de razões de legalidade e de mérito. O recurso

será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar no prazo de cinco dias, o encaminhará à autoridade superior. Ele tramitará no máximo por três instâncias administrativas, salvo disposição legal diversa.

Marque a alternativa que apresenta corretamente a relação de pessoas e organizações que têm legitimidade para interpor recurso administrativo:

- A) I - os titulares e suplentes de direitos e interesses que forem parte no processo; II – procuradores federais, auditores e demais autoridades que tenham atuado na primeira fase do processo; III – apenas as organizações e associações representativas de procuradores e auditores federais, no tocante a direitos e interesses coletivos; IV - os cidadãos ou associações, quanto a direitos ou interesses difusos;
- B) I - os titulares e suplentes de direitos e interesses que forem parte no processo; II - aqueles cujos direitos ou interesses forem diretamente afetados pela decisão recorrida; III - as organizações e associações representativas, no tocante a direitos e interesses coletivos; IV - os cidadãos ou associações, quanto a direitos ou interesses difusos;
- C) I - os titulares de direitos e interesses que forem parte no processo; II - aqueles cujos direitos ou interesses forem imediatamente afastados pela decisão recorrida; III – apenas as organizações e associações representativas locais, no tocante a direitos e interesses coletivos; IV - os cidadãos ou associações, quanto a direitos ou interesses difusos;
- D) I - os titulares de direitos e interesses que forem parte no processo; II - aqueles cujos direitos ou interesses forem indiretamente afetados pela decisão recorrida; III - as organizações e associações representativas, no tocante a direitos e interesses coletivos; IV - os cidadãos ou associações, quanto a direitos ou interesses difusos;
- E) I - os titulares de direitos e interesses que forem parte no processo; II – qualquer cidadão sem antecedentes criminais cujos direitos ou interesses forem remotamente afetados pela decisão recorrida; III - as organizações, associações, sindicatos, centrais sindicais representativas no tocante a direitos e interesses individuais; IV - os cidadãos ou associações, quanto a direitos ou interesses difusos.

40. O Decreto nº 6.944 contém amplo conjunto de normas que devem ser observadas quando da realização de concursos públicos para provimento de cargos efetivos na administração pública federal; a fim de assegurar o estabelecido no artigo 37 da Constituição Federal, conforme o qual a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Assim é que no Capítulo II (Do Concurso Público) do Decreto nº 6.944, dezenove artigos, com seus incisos e parágrafos, disciplinam a matéria.

Assinale a alternativa que apresenta afirmação INCORRETA a respeito dessas normas:

- A) fica delegada competência ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão para autorizar a realização de concursos públicos nos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e decidir sobre o provimento de cargos e empregos públicos, bem como expedir os atos complementares necessários para este fim;
- B) o edital do concurso público será: I - publicado integral ou parcialmente no Diário Oficial da União, com antecedência mínima de trinta dias da realização da primeira prova; e, facultativamente, II - divulgado no sítio oficial do órgão ou entidade responsável pela realização do concurso público e da instituição que executará o certame, num prazo de até quinze dias após a sua publicação;
- C) prescinde de autorização do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão o provimento de cargo docente e contratação de professor substituto, observado o limite que cada universidade federal se encontra autorizada a manter em seu quadro docente, conforme norma conjunta dos Ministros de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Educação;
- D) excepcionalmente o Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão poderá autorizar a realização de concurso público para formação de cadastro reserva para provimento futuro, de acordo com a necessidade, de cargos efetivos destinados a atividades de natureza administrativa, ou de apoio técnico ou operacional dos planos de cargos e carreiras do Poder Executivo federal;
- E) na autorização do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão para realização de concurso público será fixado prazo não superior a seis meses para o órgão ou entidade publicar o edital de abertura de inscrições para realização do certame.

## Matemática

41. Um prêmio de R\$ 34.000,00 será dividido entre três primas, Ana, Beatriz e Carla, de forma inversamente proporcional às suas idades, 5, 10 e 25 anos, respectivamente. A parte deste prêmio que corresponderá à Ana é de:

- A) R\$ 20.000,00  
 B) R\$ 4.250,00  
 C) R\$ 8.500,00  
 D) R\$ 10.000,00  
 E) R\$ 21.250,00

42. O índice de Gini, medido entre zero e um, pode ser interpretado como uma escala de desigualdade social no país: quanto mais próximo de zero, menor é a desigualdade. Segundo uma pesquisa da Fundação Getúlio Vargas, o Brasil atingiu em 2012 o menor nível desde os anos 1960. O índice calculado pela FGV chegou a 0,519 em janeiro de 2012. Isto correspondeu a uma queda de 2,1% em relação ao mês de janeiro de 2011.

Com base nestas informações, a expressão correta que resultará no índice de Gini medido no Brasil em

janeiro de 2011 é:

- A)  $0,519 \times 2,1$
- B)  $0,519 \div 0,021$
- C)  $0,519 \times 0,979$
- D)  $0,519 \div 1,021$
- E)  $0,519 \div 0,979$

43. O preço de uma ação cresceu 15% e 8% em 2010 e 2011, respectivamente. Após estes dois anos consecutivos, o preço desta ação sofreu uma variação de:

- A) 23,0%
- B) 24,2%
- C) 120,0%
- D) 123,0%
- E) 124,2%

44. A tabela a seguir fornece o número de habitantes no Brasil (em milhões de pessoas) para anos de Censo Demográfico, a partir de 1960.

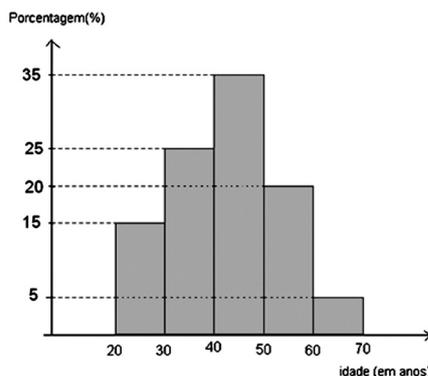
Ano	Número de habitantes (em milhões)
1960	70,0
1970	93,1
1980	119,0
1991	146,8
2000	169,8
2010	190,7

Fonte: IBGE.

O período intercensitário, entre os considerados na tabela, que apresentou maior taxa de variação percentual foi entre:

- A) 1980 e 1991
- B) 1970 e 1980
- C) 1960 e 1970
- D) 1991 e 2000
- E) 2000 e 2010

45. O gráfico a seguir representa a distribuição percentual dos empregados de uma Companhia segundo a idade (em anos completos). Os intervalos de idade são fechados no extremo inferior e abertos no extremo superior.



Entre as afirmações a seguir sobre as idades dos empregados desta Companhia, assinale a única que é

compatível com o gráfico apresentado.

- A) 60% têm pelos menos 40 anos.
- B) 10% têm menos de 30 anos.
- C) 40% têm pelo menos 50 anos.
- D) 85% têm menos de 60 anos.
- E) A maioria tem idade entre 40 e 50 anos.

46. Numa certa cidade, a bandeirada de táxi é R\$ 3,50 e cada quilômetro rodado custa R\$ 1,20, independente da hora e do tempo que se vai levar para percorrer o trajeto. Luiza pagou R\$ 35,00 para ir de sua casa ao trabalho. Logo, a distância percorrida pelo táxi que levou Luiza ao trabalho foi:

- A) 26,25 km
- B) 9,17 km
- C) 31,50 km
- D) 32,08 km
- E) 37,80 km

47. Disponho de uma quantia que é suficiente para comprar 250 unidades de uma determinada mercadoria e nada sobrar de troco ou ainda comprar 215 unidades desta mesma mercadoria recebendo R\$ 77,00 de troco. O valor da unidade deste produto é:

- A) R\$ 0,42
- B) R\$ 0,17
- C) R\$ 2,20
- D) R\$ 0,45
- E) R\$ 6,03

48. Uma conta de restaurante, no valor de R\$ 350,00, deveria ser dividida por um grupo de amigos. No entanto, três deles saíram mais cedo e não pagaram a conta. Por esta razão, entre os amigos que restaram, cada um teve que pagar R\$ 15,00 a mais. A quantidade original de amigos no restaurante era:

- A) 20
- B) 7
- C) 13
- D) 10
- E) 23

49. Uma firma está disposta a estimular os funcionários a terem hábitos saudáveis. Com esse fim, a firma encomendou uma pesquisa para verificar seus hábitos em relação a: fumo, exercícios físicos e alimentação. Há 500 funcionários nesta firma e todos responderam o questionário da pesquisa.

Considerando A, o número de NÃO fumantes; B, o número de pessoas que praticam algum exercício físico e C, o número de pessoas que procuram ter uma alimentação saudável, a tabela abaixo informa os totais em cada categoria encontrados na pesquisa.

A	B	C	A e B	A e C	B e C	A e B e C
300	80	95	31	43	13	4

Com base nos resultados desta pesquisa, o número

de funcionários que simultaneamente: fumam, não praticam exercícios físicos e não se preocupam com uma alimentação saudável é :

- A) 25
- B) 108
- C) 79
- D) 293
- E) 392

50. Leia as sentenças abaixo:

1. João é carpinteiro.
2. Nenhum funcionário da firma X é corajoso.
3. Todos os carpinteiros são corajosos.
4. Alguns carpinteiros são altos.

Supondo que estas quatro sentenças são verdadeiras, assinale qual das alternativas abaixo é certamente verdadeira:

- A) João é funcionário da firma X;
- B) João é alto;
- C) Algum funcionário da firma X é carpinteiro;
- D) Nenhum funcionário da firma X é alto;
- E) Alguns corajosos são carpinteiros.

### Informática

51. Considere as seguintes assertivas acerca da movimentação de arquivos entre pastas no Windows XP:

I – Ao se arrastar e soltar um arquivo com o botão esquerdo do mouse entre uma pasta de origem e uma pasta de destino, na mesma unidade de disco, ocorrerá que o arquivo será copiado da pasta de origem para a pasta de destino;

II – Ao se arrastar e soltar um arquivo com o botão direito do mouse entre uma pasta de origem e uma pasta de destino, na mesma unidade de disco, ocorrerá que o arquivo será movido imediatamente da pasta origem para a pasta de destino;

III – É possível realizar a movimentação de arquivos utilizando o processo de “arrastar e soltar” mesmo entre pastas que estejam em unidades de disco diferentes;

Assinale:

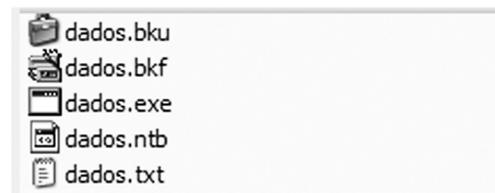
- A) se as assertivas I, II e III estiverem corretas;
- B) se apenas a assertiva II estiver correta;
- C) se apenas as assertivas I e III estiverem corretas;
- D) se apenas as assertivas II e III estiverem corretas;
- E) se apenas a assertiva III estiver correta.

52. Sobre a Lixeira (*Recycle Bin*) do Windows XP podemos afirmar que:

- A) ao ser colocado na Lixeira o nome de um arquivo é automaticamente mudado para conter um caracter “\$” como primeiro caracter do nome;

- B) apenas arquivos podem ser colocados na Lixeira. As pastas não podem ser movidas para a Lixeira;
- C) uma vez colocados na Lixeira os arquivos podem ser recuperados antes de serem definitivamente removidos do disco;
- D) arquivos da unidade de disco C: não podem ser movidos para a Lixeira, pois esta unidade geralmente contém os arquivos do sistema operacional;
- E) os arquivos de unidade de rede mapeadas, ao serem removidos são colocados na Lixeira com um “link” para o disco de origem.

53. Ao tentar restaurar um backup realizado pelo utilitário NTBackup, num computador com Windows XP, foi informado ao usuário que o arquivo de backup a ser restaurado se encontra em uma pasta, juntamente com outros arquivos:



Na pasta acima, o arquivo que contém a extensão padrão que identifica um arquivo de backup gerado pelo NTBackup é o:

- A) dados.bku
- B) dados.exe
- C) dados.txt
- D) dados.bkf
- E) dados.ntb

54. Considere as seguintes assertivas acerca de funcionalidades do Windows XP:

I – O utilitário padrão CHKDSK.exe permite ao usuário realizar uma completa desfragmentação dos discos, à exceção da unidade C:, uma vez que essa unidade contém o sistema operacional;

II – O Windows XP diferencia letras maiúsculas e minúsculas na verificação de senhas das contas de usuários;

III – O Gerenciador de Tarefas (Task Manager) permite que o usuário veja um gráfico com a taxa de utilização da CPU do computador;

Assinale:

- A) se apenas a assertiva I estiver corretas;
- B) se apenas as assertivas II e III estiverem corretas;
- C) se apenas as assertivas I e III estiverem corretas;
- D) se apenas a assertiva III estiver correta;
- E) se nenhuma assertiva estiver correta.

55. O ícone  do Microsoft Office Word tem a função de:

- A) diminuir o tamanho do fonte;
- B) sublinhar partes do texto;
- C) trocar a cor do fundo;
- D) trocar a cor do texto;
- E) inserir caracteres no texto.

56. Considere a planilha abaixo gerada no Microsoft Excel:

B7      fx      =MÁXIMO(B2:B6)-CONT.NÚM(B2:B6)					
	A	B	C	D	E
1					
2	Peça J	12	5		
3	Peça K	34	8		
4	Peça L	28	12		
5	Peça M	15	esgotado		
6	Peça N	11	esgotado		
7		29			
8					
9					

Ao ser copiado o conteúdo da célula B7 para a célula C7, o valor mostrado pela célula C7 será:

- A) 7
- B) 29
- C) 9
- D) 31
- E) 13

57. Abrir em seu computador arquivos oriundos da Internet, seja por meio de download de uma página ou por um anexo em uma mensagem eletrônica, pode causar danos em seu computador. Dos arquivos abaixo, aquele que, baseado em sua extensão, apresenta o menor risco ao ser aberto é o:

- A) arq.bat
- B) arq.txt
- C) arq.exe
- D) arq.scr
- E) arq.com

58. Num programa navegador da Internet foi digitado o endereço <https://www.info.com.br>. Com relação a este endereço, considere as assertivas abaixo:

I – Pelo fato de terminar com “.br”, este site pode ser acessado apenas dentro do Brasil;

II – A parte “https” indica que este site sempre requisitará que o usuário entre com uma senha para poder acessá-lo;

III – Nesta URL, “https” indica o nome do protocolo utilizado entre o cliente e o servidor;

Assinale:

- A) se apenas a assertiva III estiver correta;
- B) se apenas a assertiva I estiver correta;
- C) se apenas as assertivas I e III estiverem corretas;
- D) se apenas as assertivas II e III estiverem corretas;
- E) se as assertivas I, II e III estiverem corretas.

59. Com relação ao uso dos navegadores Internet Explorer e Firefox, considere as seguintes alternativas:

I – Num computador com Windows XP, ao ser instalado o Firefox, o Internet Explorer é automaticamente desinstalado, pois não é possível utilizar dois

navegadores diferentes num mesmo computador;

II – No Internet Explorer é possível aceitar ou bloquear a gravação de cookies, mas esta opção não está disponível no Firefox;

III – O Internet Explorer permite o uso de diversos protocolos de comunicação entre o cliente e o servidor, entre eles o protocolo ftp;

Assinale:

- A) se apenas as assertivas I e III estiverem corretas;
- B) se apenas a assertiva I estiver correta;
- C) se apenas as assertivas II e III estiverem corretas;
- D) se apenas a assertiva III estiver correta;
- E) se as assertivas I, II e III estiverem corretas;

60. Ao se enviar uma mensagem de correio eletrônico, um dos campos do cabeçalho da mensagem que pode ser utilizado pelo usuário é o campo “Cco” (ou “bcc”, em inglês). Ao utilizarmos este espaço, ocorrerá que:

- A) o envio da mensagem para os outros destinatários, caso existam, só será permitido pelo servidor de correio eletrônico depois de aprovado pelo destinatário do campo “Cco”;
- B) a mensagem será enviada de forma anônima, pois o remetente será substituído pelo endereço colocado no campo “Cco”, prevenindo que o endereço seja usado para spam;
- C) os destinatários colocados no campo “Para:” receberão uma mensagem explicitando que a mensagem está sendo enviada também para outros endereços;
- D) o certificado digital colocado neste campo fará com que a mensagem seja enviada de forma criptografada;
- E) os destinatários colocados no campo Cco receberão uma cópia da mensagem sem que os demais destinatários saibam.





UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
CONCURSO PÚBLICO 2012 - EDITAL Nº21/2012